

LUIS FELIPE **SALOMÃO**
PAULO **PENALVA** SANTOS

Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência

Teoria e Prática

8^a
edição revista,
atualizada e
reformulada



■ Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 19.08.2024

■ Os Autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2025 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

■ Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S17r

8. ed.

Salomão, Luis Felipe, 1963-

Recuperação judicial, extrajudicial e falência : teoria e prática / Luis Felipe

Salomão, Paulo Penalva Santos. - 8. ed., rev., atual., reform. e ampl. - Rio de Janeiro : Forense, 2025.

664 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-3099-523-2

1. Direito comercial - Brasil. 2. Direito empresarial - Brasil. 3. Sociedades comerciais - Recuperação - Brasil. 4. Falência - Brasil. I. Santos, Paulo Penalva. II. Título.

24-92941

CDU: 347.736(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

SUMÁRIO

I – ASPECTOS GERAIS DA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – Luis Felipe Salomão	1
1. Introdução	1
2. O Superior Tribunal de Justiça e a evolução do direito privado.....	2
a) Estatísticas	2
b) Finalidade do recurso especial.....	3
c) A ENFAM e a formação adequada para os juízos com competência especializada em recuperação judicial e falência.....	4
d) Evolução do direito privado no STJ	4
3. O direito falimentar e suas fases.....	6
a) As quatro fases do direito falimentar no Brasil.....	7
4. A Lei de Recuperação de Empresas – aspectos gerais.....	7
5. Inovações do Código Civil de 2002 no âmbito do direito empresarial.....	10
6. Deficiências no funcionamento da empresa moderna.....	12
7. Breves anotações em termos de direito comparado moderno.....	14
7.1. Portugal.....	14
7.2. Alemanha	15
7.3. Espanha	16
7.4. França.....	17
7.5. Itália.....	20
7.6. Parlamento Europeu – insolvência transnacional (Regulamento 848/2015)..	20
8. Princípios gerais da lei brasileira (Lei 11.101/2005)	22
8.1. Preservação da empresa.....	22
a) Valores insignificantes e requerimento de falência como substitutivo de ação de cobrança	23
b) Análise da viabilidade econômica do Plano de Recuperação.....	23
c) Crédito constituído antes da incorporação da empresa a grupo empresarial em recuperação.....	29
8.2. Separação do conceito de empresa e empresário.....	29
a) Comprovação da condição de empresário rural	30
b) Cooperativas médicas.....	31
c) Associações civis sem fins lucrativos	31

8.3. Recuperação das sociedades viáveis e liquidação das não recuperáveis.....	32
8.4. Proteção aos trabalhadores.....	32
a) Limitação de valor do crédito trabalhista.....	34
b) Momento da constituição.....	34
c) Vedação a cessões de crédito fraudulentas.....	35
d) Natureza alimentar do crédito decorrente de honorários de advogado (contratuais e sucumbenciais).....	37
8.5. Redução do custo e do crédito.....	38
8.6. Celeridade e eficiência do processo.....	39
8.7. Segurança jurídica.....	41
8.8. Participação ativa dos credores.....	41
8.9. Maximização do valor dos ativos do falido.....	43
8.10. Desburocratização da recuperação quanto ao micro e pequeno empresário	44
8.11. Rigor na punição dos crimes.....	45
9. Revolução na insolvência empresarial com a Lei 14.112/2020.....	47
10. O prazo de suspensão das ações e execuções em face do devedor, depois de deferido o processamento da recuperação judicial.....	49
10.1. Execuções individuais.....	49
10.2. Prosseguimento das execuções quanto aos coobrigados.....	53
10.3. Execuções fiscais.....	54
10.4. Registro do nome do devedor nos bancos de dados e cadastros de proteção ao crédito.....	64
11. A questão da sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, observada a Lei 11.101/2005.....	64
12. Sucessão pelas adquirentes de unidades produtivas isoladas.....	73
13. A responsabilidade de empresa subsidiária.....	74
14. Possibilidade de participação de empresa em recuperação judicial em licitação pública.....	74
15. Análise econômica do direito no âmbito da recuperação judicial e falência.....	77
II – A APLICAÇÃO DO ATUAL CPC À LEI 11.101/2005 <i>Luis Felipe Salomão</i>	79
1. Introdução.....	79
2. Insolvência civil.....	81
3. Cadastramento das pessoas jurídicas para comunicação processual via eletrônica.....	81
4. Forma de contagem dos prazos.....	81
4.1. Prazo de suspensão das ações em face da empresa em recuperação.....	81
4.2. Prazos de direito processual, material e misto: a) prazos processuais: contestar e recorrer; prazos com chamadas de editais; b) prazos materiais: prescrição e decadência; para interpelação do administrador e cumprimento do contrato	

– artigo 117, § 1º, LRF; prazo de ineficácia de atos para efeito de revocatória	
– artigo 129, IV e V; prazo para propositura da própria ação revocatória – artigo 132; c) prazos mistos: prazo de suspensão das ações – § 4º do artigo 6º da LRF; termo legal da falência – artigo 99-II; prazo para depósito elisivo da falência artigo 98, parágrafo único.....	88
4.3. Prazo em dobro para recorrer	88
4.4. Negócio processual (artigo 190 do atual CPC)	89
5. Cabimento do agravo de instrumento e sustentação oral.....	89
5.1. Introdução.....	89
5.2. Agravo de instrumento	90
a) Cabimento do agravo.....	90
b) Embargos infringentes e a técnica de julgamento do artigo 942 do CPC/2015.....	97
c) Julgamento surpresa.....	99
d) Sustentação oral no agravo	100
e) Desistência de agravo quanto à decisão de homologação do plano.....	101
5.3. Decisão que defere o processamento da recuperação judicial	101
6. Cabimento de ação rescisória	102
7. Honorários de sucumbência e regra de transição.....	103
8. Arbitragem e mediação no atual CPC e a relação com a Lei de Recuperação e Falência	113
8.1. Introdução.....	113
8.2. Arbitragem e mediação, recuperação judicial e falência.....	115
8.3. Jurisprudência do STJ sobre sentença arbitral e recuperação judicial.....	119
III – CRÉDITOS SUBMETIDOS OU EXCLUÍDOS DOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA FALÊNCIA – Luis Felipe Salomão	123
1. Introdução	123
a) Melhor solução para os credores.....	123
b) Concurso de crédito na recuperação judicial/falência e concurso de credores na execução individual – diferenças.....	126
2. Breve visão do sistema financeiro.....	126
2.1. Resumo histórico da atividade bancária.....	126
2.2. A atuação dos bancos.....	128
2.3. Jurisprudência bancária.....	130
a) Ação de consignação em pagamento.....	130
b) Ação de prestação de contas em contratos bancários	130
c) Ação revisional de cláusulas contratuais.....	132
d) Caderneta de poupança e expurgos inflacionários.....	135
e) Contrato de arrendamento mercantil.....	144

f) Contrato de consórcio.....	145
g) Contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária.....	146
h) Financiamento imobiliário no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação SFH	148
i) Contrato de mútuo	157
j) Exibição de extratos.....	160
k) Inscrição em cadastro de inadimplentes	162
l) Responsabilidade civil das instituições bancárias	165
m) Tarifas bancárias.....	165
n) Títulos de crédito	168
o) Questões processuais – ônus da prova.....	172
3. Créditos submetidos aos efeitos da recuperação.....	173
a) Créditos posteriores ao pedido de recuperação	175
b) Fiadores e avalistas	177
c) Contratos antes da recuperação.....	177
d) Novação operada pelo plano.....	177
4. Créditos com garantia fiduciária e com garantia real.....	180
4.1. Bens móveis e imóveis, fungíveis e não fungíveis	180
4.2. Direitos reais “em garantia” e “de garantia”	181
a) Alienação fiduciária e cessão fiduciária conceitos	184
4.3. A controvérsia sobre a cláusula supressória de garantias.....	184
5. Créditos excluídos dos efeitos da recuperação.....	192
6. Créditos com exclusão total – as exceções previstas no art. 49, § 3º, da Lei de Falências (não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial)	194
a) Propriedade fiduciária.....	194
b) Arrendamento mercantil	196
c) Direito real de aquisição	197
d) Compra e venda com reserva de domínio.....	198
7. Alienação fiduciária em garantia e cessão fiduciária de crédito.....	200
8. A “trava bancária” na recuperação judicial.....	207
9. As exceções previstas no art. 49, § 4º, da Lei de Falências	209
10. Créditos com exclusão parcial – o art. 49, § 5º, da Lei de Falências.....	211
11. Os créditos na falência.....	213
11.1. Créditos concursais.....	216
a) Créditos trabalhistas.....	216
b) Honorários advocatícios.....	216
c) Créditos hipotecários.....	217

d) Multas contratuais	218
e) Crédito decorrente de ressarcimento do custo da obra	218
11.2. Créditos extraconcursais	219
a) Créditos derivados de negócios jurídicos efetuados no período compreendido entre a data do pedido de recuperação e do pedido de falência	219
b) Créditos lastreados em contratos de fiança bancária	220
IV – O CRÉDITO TRIBUTÁRIO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E NA FALÊNCIA – Paulo Penalva Santos	221
1. Introdução.....	221
2. O crédito tributário na recuperação judicial	221
2.1. A sucessão tributária na recuperação judicial.....	221
2.2. Principal distinção entre a regra do CTN e a da Lei Falimentar.....	225
2.3. A responsabilidade tributária na transformação, na fusão e na incorporação.....	226
2.4. A responsabilidade tributária na cisão.....	227
2.5. O conceito de filial e de unidade produtiva isolada	231
2.6. O momento da comprovação da regularidade do crédito tributário na recuperação judicial.....	233
2.7. Direito ao parcelamento. A correta interpretação do art. 57 da Lei 11.101/2005 e do art. 191-A do CTN.....	234
2.8. O novo parcelamento especial para empresa em recuperação judicial	239
2.8.1. A evolução da legislação sobre o parcelamento tributário destinado à empresa em recuperação judicial	240
2.8.1.1. A edição da Lei do Parcelamento Tributário Federal (Lei 13.043, de 13 de novembro de 2014)	241
2.8.2. O advento da Lei 14.112, de 24 de dezembro de 2020, e a nova disciplina do parcelamento	243
2.8.3. Principais aspectos da nova disciplina do parcelamento.....	243
2.8.3.1. Parcelamento destinado a devedor em recuperação judicial.....	243
2.8.3.2. Dívidas que podem ser objeto do parcelamento.....	245
a) Débitos existentes na data do pedido	245
b) Débitos tributários e não tributários – Natureza jurídica das multas.....	247
c) Benefícios concedidos ao devedor: prazo e meios de liquidação do passivo.....	249
d) Os débitos devem ser parcelados ou garantidos.....	249
e) A manutenção da regularidade fiscal como requisito para manutenção do parcelamento	250
2.8.3.3. Condições excessivamente onerosas	250

2.8.3.4. Ônus não inferiores aos previstos na legislação anterior.....	251
2.8.4. O Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Lei Complementar 193/2022).....	253
2.9. A Lei de Transação de Créditos Tributários e Não Tributários da União (Lei 13.988, de 14 de abril de 2020)	253
2.10. Recurso Especial 1.864.625-SP: exigência de CND é incompatível com a finalidade da recuperação judicial	256
3. O crédito tributário na falência.....	258
3.1. A classificação do crédito tributário na falência	258
3.2. Compensação do crédito tributário	261
3.3. O requerimento de falência pela Fazenda Pública. Impossibilidade. Violação ao princípio da razoabilidade e da função social da empresa.....	265
3.4. O incidente de classificação do crédito público e sua natureza jurídica	268
4. Conclusão.....	269
V – A COBRANÇA DO TRIBUTO E DA MULTA ADMINISTRATIVA E A RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA – Paulo Penalva Santos.....	271
1. Introdução.....	271
2. Distinção de tributo e multa administrativa.....	272
3. O crédito tributário e as multas na falência.....	273
4. O crédito tributário e as multas na recuperação.....	278
4.1. Recuperação extrajudicial	278
4.2. Recuperação judicial	279
5. Conclusão.....	285
VI – OS CONTRATOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E NA FALÊNCIA – Paulo Penalva Santos	287
1. Introdução.....	287
2. Contratos na vigência do DL 7.661/1945.....	288
2.1. Os contratos unilaterais.....	288
2.2. Contratos bilaterais.....	288
2.3. Contratos de sociedade.....	289
2.4. Contratos na concordata preventiva.....	290
3. Contratos na Lei 11.101/2005	290
3.1. Contratos na falência.....	290
3.2. As relações contratuais regidas pelo art. 119	291
3.2.1. Coisas expedidas ao falido e ainda em trânsito.....	291
3.2.2. Contrato de venda de coisas compostas	292

3.2.3. Contrato de venda a prestações.....	292
3.2.4. Contrato de venda com reserva de domínio.....	293
3.2.5. Venda a termo.....	293
3.2.6. Promessa de compra e venda de imóveis.....	293
3.2.7. A falência do vendedor e o direito à aquisição do bem imóvel ...	294
3.2.8. Contrato de locação	294
3.2.9. Compensação e liquidação no âmbito do sistema financeiro nacional.....	296
3.2.10. Patrimônio de afetação.....	296
3.2.11. Contrato de sociedade	297
3.3. Os contratos na recuperação judicial	298
3.3.1. A manutenção das regras contratuais.....	299
3.3.2. A novação na recuperação judicial.....	299
3.3.3. Da cláusula resolutória expressa	305
3.3.4. Arbitragem na recuperação judicial.....	309
3.3.5. A possibilidade de modificação do contrato pelo plano.....	310
3.3.6. A importância do registro do penhor de crédito.....	311
3.3.7. O financiamento do devedor e do grupo devedor durante a recuperação judicial.....	312
3.3.8. O consórcio de empresas	313
3.4. A possibilidade de prorrogação compulsória de contrato essencial para o soerguimento da empresa em recuperação judicial.....	318
3.4.1. A competência do juízo da recuperação judicial.....	319
3.4.1.1. Mitigação da regra geral: competência do juízo da recuperação judicial para decidir medidas necessárias para resguardar bens e interesses das devedoras.....	320
3.4.2. A possibilidade de prorrogação dos contratos essenciais para o sucesso da recuperação.....	321
3.4.2.1. A boa-fé no direito brasileiro.....	322
3.4.2.2. A interpretação do contrato conforme a real intenção das partes. A relação contratual por prazo indeterminado ...	326
3.4.2.3. O procedimento para rescisão de contratos à luz do art. 473 do Código Civil.....	326
3.4.3. Conclusão	335
4. Casos especiais.....	335
4.1. Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	335
4.2. A alienação fiduciária.....	339
4.3. Adiantamento a contrato de câmbio.....	340
4.4. Concessionárias de serviço público.....	341
5. O caso da cessão fiduciária de recebíveis.....	342
5.1. Ações e execuções não sujeitas à recuperação judicial.....	342

5.2. O caso específico da cessão fiduciária de recebíveis	344
5.3. Bens de capital.....	348
6. Conclusão.....	352

VII – A TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA RECUPERAÇÃO DE EMPRESA E NA FALÊNCIA – *Luis Felipe Salomão*.....

1. Introdução.....	355
1.1. Um pouco de história da atividade mercantil e da utilização da pessoa jurídica para esse fim.....	355
1.2. Teorias acerca da natureza das pessoas jurídicas.....	357
2. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica.....	359
3. A desconsideração no direito brasileiro.....	361
3.1. Direito positivo.....	361
3.2. Conceito.....	363
a) Teoria maior e menor da desconsideração.....	364
b) Desvio de finalidade ou confusão patrimonial.....	365
c) Inexistência de extinção da pessoa jurídica, mas atuação episódica.....	366
3.3. A desconsideração e o bem de família.....	366
3.4. Jurisprudência.....	371
a) Efeitos e alcance da desconsideração – sócios participantes da conduta ilícita ou que dela se beneficiaram, ou acionistas controladores.....	371
b) Pressupostos da desconsideração: atos fraudulentos, a confusão patrimonial ou o desvio de finalidade.....	372
c) Finalidade da desconsideração.....	372
d) Desconsideração em caso de sócio oculto responsável pela condução de empresa individual.....	373
e) Desconsideração da personalidade jurídica de associação civil.....	374
3.5. Abuso de direito ou fraude na recuperação judicial e falência.....	374
3.6. Ação própria para apuração da responsabilidade dos sócios (LTD.A.) e controladoras/administradores (S/A).....	376
3.7. Extensão da falência aos sócios.....	377
3.8. Pessoas atingidas pela desconsideração.....	378
4. Aspectos processuais.....	379
4.1. Desnecessidade de ação própria para aplicação da teoria da desconsideração.....	379
4.2. Impugnação da decisão de desconsideração.....	381
4.3. Prescrição e decadência.....	383
4.4. Competência.....	385
5. A desconsideração no atual Código de Processo Civil.....	385

VIII – A ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	
<i>Paulo Penalva Santos</i>	389
1. Introdução	389
2. Deliberações na assembleia geral de credores na recuperação judicial.....	389
2.1. Aprovação de plano prevendo tratamento diferenciado entre credores da mesma classe.....	390
2.2. Validade da cláusula de não litigância prevista no plano de recuperação	395
2.3. Descabimento do controle judicial de plano de recuperação proposto pelo devedor, antes da deliberação dos credores.....	399
2.4. Possibilidade de o juiz alterar o plano aprovado em assembleia geral	401
2.5. O plano alternativo apresentado pelos credores.....	403
2.5.1. Edição da Lei 14.112/2020: possibilidade de plano alternativo apresentado pelos credores	403
2.5.2. Necessidade de concordância do devedor	404
2.5.3. Requisitos para a apresentação do plano pelos credores.....	405
2.5.4. Aumento de capital – capitalização de créditos	407
2.5.5. Direito de retirada.....	407
2.5.6. Homologação do plano e controle da legalidade.....	408
2.6. Artigos 6º-B e 50-A da Lei 11.101/2005.....	409
3. O plano especial para microempresas e empresas de pequeno porte.....	411
4. Conciliações e Mediações na Recuperação Judicial	416
5. Conclusão.....	417
IX – A ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES NA FALÊNCIA – <i>Paulo Penalva Santos</i>	
<i>Santos</i>	419
1. Introdução	419
2. Realização do ativo no DL 7.661/1945	420
3. A liquidação na Lei 11.101/2005.....	420
4. As formas e modalidades de realização do ativo	421
5. A participação ativa dos credores na liquidação	423
6. A assembleia geral de credores na falência.....	424
7. O direito de voto na assembleia geral de credores.....	424
8. O direito de voto do Fisco.....	425
9. A atual decisão assemblear obriga a todos.....	427
10. O <i>quorum</i> para a deliberação da assembleia de credores.....	429
11. Mudança de ambiente: o papel fundamental das assembleias de credores na Lei 11.101/2005.....	429
12. O princípio majoritário nas deliberações assembleares.....	431
13. Objeto da deliberação dos credores.....	433

14. A constituição de sociedade de propósito específico.....	433
15. A criação de fundos de investimentos.....	436
16. Conclusão.....	440
X – O ADMINISTRADOR JUDICIAL E A FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – Paulo Penalva Santos	441
1. Introdução.....	441
2. Atribuições do administrador judicial na recuperação judicial.....	443
3. Alterações da Lei 14.112/2020.....	443
3.1. Apresentação dos relatórios.....	444
3.1.1. Relatório mensal das atividades do devedor (art. 22, II, c).....	444
3.1.2. Relatório sobre a execução do plano de recuperação (art. 22, II, d).....	446
3.1.3. Relatório sobre o plano de recuperação judicial (art. 22, II, h)....	446
3.1.4. Relatórios previstos na Recomendação 72 do Conselho Nacional de Justiça	447
3.2. Fiscalização das negociações entre devedor e credores.....	447
3.3. Estímulo à mediação e à conciliação (art. 22, I, j).....	448
4. O administrador judicial e o plano de recuperação apresentado pelos credores.....	448
5. Conclusão.....	450
XI – A CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: A PROBLEMÁTICA DO PLANO ÚNICO – Paulo Penalva Santos	453
1. Introdução.....	453
2. Grupos econômicos de direito e de fato.....	454
3. Litisconsórcio ativo na recuperação judicial: a consolidação processual	460
4. Plano de recuperação judicial único: a consolidação substancial	468
5. Conclusão.....	477
XII – OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL Paulo Penalva Santos	479
1. Introdução.....	479
2. Honorários advocatícios: crédito equiparado ao trabalhista.....	479
3. Honorários de sociedade de advogados.....	481
4. Honorários advocatícios: limitador de 150 salários mínimos na recuperação judicial	482
5. Conclusão.....	485

XIII – A DECLARAÇÃO JUDICIAL DA FALÊNCIA – Luis Felipe Salomão	487
1. Introdução – breve histórico do direito falimentar.....	487
2. Requisitos para a decretação da falência.....	488
2.1. Sujeitos passivos.....	488
a) Empresário individual e sociedade empresária.....	489
b) Sociedade empresária irregular ou de fato	489
c) Empresa pública e sociedade de economia mista.....	489
d) Instituições financeiras e outros.....	489
e) Sociedades anônimas.....	491
f) Empresário rural.....	491
g) A questão do registro mercantil.....	495
h) Casos de dupla atividade (empresarial e civil)	496
2.2. Insolvência	496
a) Valor mínimo da dívida para caracterizar impontualidade	497
b) Diferença entre insolvência civil e econômica.....	497
c) Necessidade de protesto.....	499
d) Pedido de sobrestamento descaracteriza a falência	499
2.3. Omissões do devedor	500
2.4. Atos de falência.....	501
2.5. Sentença de quebra	503
a) Período suspeito	504
b) Recursos.....	505
3. Ritos processuais.....	506
a) Procedimento único e aplicação subsidiária do CPC	506
b) Convolação da recuperação judicial em falência	506
c) Possibilidade de ausência do falido da comarca	508
4. Competência e princípio da universalidade.....	510
a) Universalidade do juízo.....	511
a.1) Execuções trabalhistas, com ou sem leilão/adjudicação.....	513
a.2) Ação de indenização, em juizado especial ou na justiça comum, inclusive em fase de cumprimento de sentença.....	514
a.3) Ação de despejo	515
a.4) Ação de usucapião e anulatória de arrematação	516
a.5) Ação de reintegração de posse.....	517
a.6) Quantias ilíquidas	518
a.7) Execuções fiscais.....	520
a.8) Prevenção.....	520
5. Extensão da falência.....	520

6.	Citação, contestação e depósito.....	523
	a) Citação teoria da aparência.....	524
	b) Depósito elisivo completo.....	524
	c) Depósito elisivo parcial.....	525
	d) Depósito elisivo – reconhecimento – execução frustrada novo pedido de falência – ausência de prevenção do Juízo.....	525
7.	Falência requerida com base no art. 94, I, da Lei de Falências e medidas cautelares.....	526
8.	Legitimação ativa.....	528
	a) Devedor.....	528
	b) Cônjuge ou convivente	529
	c) Cotista ou acionista do devedor.....	529
	d) Credor	529
	d.1) Crédito discutido em outro processo.....	530
	d.2) Fazenda.....	530
	e) Administrador judicial.....	531
9.	Sentença que decreta a falência.....	531
	a) Possibilidade conferida ao magistrado para estabelecer a continuação provisória das atividades do falido, com o administrador judicial à frente.....	532
	b) Inviabilidade de ser extinta a ação falimentar sob o mero fundamento de que o credor possivelmente não lograria êxito em virtude de dificuldades operacionais.....	533
	c) Sucumbência.....	534
	d) Intervenção do Ministério Público e comunicação ao Fisco.....	534
	e) Intervenção do falido.....	537
10.	Recursos.....	539
11.	Litigância de má-fé.....	542
12.	Outras questões.....	543
	a) Instrução do pedido de falência – duplicatas virtuais.....	543
	b) Legitimidade <i>ad causam</i> e representação processual da massa falida.....	543
	c) Segredo de justiça.....	544
	d) Custas processuais para a falida	545
	e) Juros de mora e correção monetária como condenação para a falida e para as habilitações de crédito na falência.....	546
	f) Ônus da sucumbência fixados em outro processo e nas habilitações de crédito	548
	g) Honorários de advogado nas habilitações de crédito.....	548
	h) Prescrição da ação para apuração de responsabilidade civil dos sócios.....	549
	i) Desistência do pedido de falência antes de decretada a quebra.....	550

j) Irretratabilidade do reconhecimento da procedência do pedido pelo réu....	550
k) Inexistência de credores habilitados como causa de extinção do processo falimentar.....	551
l) Falência e débitos condominiais.....	551
m) Pedido de restituição e depósitos bancários.....	552
n) Falência e convenção de arbitragem.....	552
o) Bem de família, meação e arrecadação na falência.....	553
13. Ações revocatórias.....	553
a) Distinção de revocatória falencial e desconsideração da personalidade jurídica – prazo de decadência.....	555
b) Alienação de bens incorpóreos e prazo decadencial da ação revocatória ...	556
c) Alienação de bens imóveis dentro do termo legal – necessidade de prova da fraude para ação revocatória.....	557
d) Prazo decadencial para revocatória – termo <i>a quo</i>	558
e) Ação revocatória de imóvel arrematado impossibilidade.....	558
f) Ação revocatória e compensação de créditos.....	558
XIV – A RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL – Paulo Penalva Santos.....	561
1. Introdução.....	561
2. Os novos meios preventivos.....	564
3. Observações preliminares: objeto da recuperação extrajudicial.....	564
4. Legitimidade para apresentação do plano extrajudicial.....	567
5. Requisitos para a homologação do acordo extrajudicial.....	567
6. Requisitos formais.....	567
7. Credores não abrangidos pela recuperação extrajudicial.....	570
8. Proibição de pagamento antecipado ou de tratamento desfavorável.....	571
9. Impedimentos à homologação do plano.....	571
10. A suspensão de ações e a impossibilidade do pedido de decretação de falência.....	571
11. Desistência do pedido.....	573
12. A sentença homologatória é título executivo judicial.....	574
13. Tipos de acordo.....	574
14. Objeto.....	575
15. A justificativa.....	575
16. Abrangência do acordo. possibilidade de instituição de subclasses pelo plano....	575
17. Critérios de apuração do percentual.....	585
18. Condições de ordem econômica.....	588
19. Os documentos contábeis.....	588

20. O rito processual	589
21. Efeitos do plano de recuperação extrajudicial.....	593
22. A alienação judicial de filiais ou de unidades produtivas isoladas.....	593
23. Possibilidade de realização de outras modalidades de acordo privado.....	594
24. A nota de crédito industrial.....	595
25. Síntese das novidades introduzidas pela Lei 14.112/2020.....	595
26. Conclusão.....	596
XV - INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL – Luis Felipe Salomão e Paulo Penalva Santos	597
1. Introdução.....	597
2. Evolução no tratamento jurídico da matéria.....	599
3. Elementos fundamentais da insolvência transnacional na Lei 14.112/2020.....	602
3.1. Do acesso à jurisdição brasileira.....	602
3.1.1. A isonomia entre os credores nacionais e os estrangeiros.....	603
3.2. Do reconhecimento de processos estrangeiros	604
3.3. Da cooperação com autoridades e representantes estrangeiros.....	606
3.4. Dos processos concorrentes	606
4. A insolvência transnacional e a consolidação na recuperação	607
5. Conclusão.....	611
Bibliografia	613